

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT07.007

EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL NA ARGENTINA: UM ESTUDO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

FELIPE FERREIRA DO NASCIMENTO

Mestrando em Educação da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação/Universidade Nacional de La Plata – FAHCE/UNLP e Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, felipefnascimento22@gmail.com.

RESUMO

No contexto escolar, o currículo é considerado uma importante instância educativa e um dispositivo pedagógico capaz de colocar em funcionamento diversas estratégias de regulação social. Tendo isso em conta, este trabalho pretende desenvolver-se, primeiramente, a partir da discussão sobre a criação, na Argentina, da Lei nº 26.150/2006, que institui a garantia de Educação Sexual Integral nos currículos escolares, reconhecendo essa demanda como política pública essencial para o contexto histórico, político e social do país. Em seguida, esta análise objetiva teorizar acerca das possibilidades de queerizar o currículo escolar para, por fim, discorrer sobre o processo de implementação e desenvolvimento de um projeto de educação sexual integrado ao currículo escolar de uma instituição pública de nível médio da cidade de La Plata/Buenos Aires. Com a finalidade de transcender o plano de conteúdos curriculares e propósitos formativos hegemônicos, o projeto foi criado com o objetivo de promover a reflexão crítica sobre as sexualidades e as expectativas de gênero que se propagam na sociedade, através da cultura dominante, e que incidem diretamente na educação das e dos jovens, caminhando para o combate às formas de opressão. Para isso, adotamos como perspectiva teórico-metodológica os estudos pós-críticos do currículo escolar e a perspectiva da pedagogia queer. Entendemos, portanto, que ações e práticas contra-hegemônicas no contexto escolar, apesar dos desafios enfrentados, podem criar linhas de escape no interior das instituições educativas, transformar experiências e conhecimentos e construir dispositivos curriculares democráticos e inclusivos.

Palavras-chave: Educação Sexual Integral, Currículo queer, Proposta pedagógica.

INTRODUÇÃO

Com a criação da lei 26.150/2006, o governo argentino institui a garantia de Educação Sexual Integral (ESI) nos estabelecimentos escolares de todo o país, reconhecendo essa demanda educativa no contexto histórico, político e social nacional. No contexto dos documentos curriculares oficiais se inclui na política educativa a abordagem relativa às questões de gênero e sexualidade como um tema transversal, ainda que isso, em muitos casos, tenha se instituído como um meio de reafirmação da cultura dominante, utilizando práticas e conteúdos que somente servem para a regulação e controle dos diversos corpos. Assim, torna-se de grande importância a observação e realização de mudanças na escola relacionadas com as especificidades das pessoas envolvidas no processo de aprendizagem.

O propósito desse trabalho é, em um primeiro momento, descrever a criação, na Argentina, da Lei nº 26.150/2006, que institui a garantia de Educação Sexual Integral nos currículos escolares, reconhecendo essa demanda como política pública essencial para o contexto histórico, político e social do país. Em seguida, apresentar a discussão sobre os currículos escolares em articulação com a temática de gênero e sexualidade para, finalmente, descrever a implementação e algumas práticas pedagógicas de um projeto educativo que está sendo desenvolvido em uma escola de ensino médio da cidade de La Plata¹, em Buenos Aires, intitulado “Educar na Diversidade Sexual². Considerando o embate hegemônico social e cultural, o projeto foi criado no âmbito escolar por um grupo de professoras e professores preocupados em promover a reflexão crítica sobre as sexualidades e as expectativas de gênero que se propagam na sociedade e que incidem nos processos formativos da juventude.

Para tanto, adotamos como perspectiva teórico-metodológica os estudos pós-críticos do currículo escolar e a perspectiva da pedagogia queer. Entendemos, portanto, que ações e práticas contra-hegemônicas no contexto escolar, apesar dos desafios enfrentados, podem criar linhas de escape no interior das instituições educativas, transformar experiências e conhecimentos e construir dispositivos curriculares democráticos e inclusivos.

1 Neste trabalho optamos por preservar o nome do estabelecimento educativo.

2 Com autorização do coordenador do projeto, tivemos acesso a um de seus documentos que sintetiza os aspectos relacionados à implementação e ao planejamento pedagógico.

A EDUCAÇÃO SEXUAL INTEGRAL NA ARGENTINA

Em cooperação com a UNICEF, o governo argentino implementou e vem desenvolvendo, a partir da lei nº 26.150/2006, o *Programa Nacional de Educação Sexual Integral - ESI*, ampliando e fortalecendo o direito de crianças, adolescentes e pessoas adultas em contexto de aprendizagem a receber educação sexual em todos os estabelecimentos de ensino. Sua função é coordenar a concepção, implementação, monitoramento e avaliação de ações de educação sexual em todo o país. Trata-se de um direito fundamental de acesso ao conhecimento relativo à saúde, ao respeito pela diversidade, à garantia da igualdade de gênero e à produção de saberes críticos que contemplem não somente os aspectos biológicos, mas também psicológicos, sociais, afetivos e éticos. (ARGENTINA, 2006).

Através do site oficial do governo argentino, na seção destinada ao programa supracitado, verificamos que a ESI se constitui como uma política pública que entende a educação sexual nas escolas como um espaço sistemático de ensino e aprendizagem que abarca distintos conteúdos das diversas áreas curriculares, passando os níveis inicial, primário, médio e a formação docente. Possui a proposta de trabalhar os temas e conceitos de modo transversal, incluindo o desenvolvimento de saberes e habilidades sobre gênero e sexualidade articulados aos aspectos da saúde, organizações sociais e famílias.

O programa possui cinco objetivos fundamentais, conforme apresentado na lei 26.150/2006, os quais reproduzimos a seguir:

- Incorporar a educação sexual integral dentro das propostas educativas orientadas a uma formação harmônica, equilibrada e permanente das pessoas;
- Assegurar a discussão de conhecimentos pertinentes, precisos, confiáveis e atualizados sobre os distintos aspectos envolvidos na educação sexual integral;
- Promover atitudes responsáveis ante a sexualidade;
- Prevenir os problemas relacionados com a saúde, em geral, e a saúde sexual e reprodutiva, em particular;
- Procurar igualdade de trato e oportunidades para todas as identidades de gênero e orientações sexuais das pessoas.

Com a Resolução nº 45/2008, são criados lineamentos mais específicos para a organização dos conteúdos mínimos a serem abordados nas diversas escolas, tentando sempre reconhecer a diversidade cultural que existe nas distintas regiões do país. Entre os propósitos formativos descritos nessa normativa encontramos, por exemplo, a promoção do cuidado com o corpo, tanto relativo aos aspectos físicos, como também aos emocionais e modos de expressão; aprendizagem de competências referentes ao reconhecimento de maltrato infantil e abuso sexual; aprendizagem baseada no respeito à diversidade e a rejeição a qualquer forma de discriminação; resolução de conflitos através do diálogo. Esses propósitos, de acordo com a normativa, são formulados e postos em prática a partir de dados e conhecimentos cientificamente validados e significativos em torno do tema, visando apresentar informações adequadas.

O programa apresenta sete principais linhas de ação, a saber:

- **Formação presencial e virtual para equipes docentes, de gestão e de supervisão que incorporam os cinco eixos conceituais da ESI**

Promoção de dispositivos de capacitação presencial e virtual para docentes, equipes diretivas, de supervisão e para os espaços comunitários de modo geral. As propostas são de caráter massivo e apresentam conteúdos e estratégias para fortalecer o trabalho da educação sexual nas escolas, facilitadas por propostas didáticas. Essas atividades, segundo informa o texto, procuram abordar o exercício dos direitos das pessoas, questões de paternidade e maternidade na adolescência, diversidade sexual, promoção de vínculos saudáveis para a prevenção de violências de gênero, levando em consideração também os desafios que possam surgir da Lei de Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (n. 27610/2021).

- **Produção, impressão e distribuição de materiais sobre ESI em mídia impressa, audiovisual e digital**

Essa linha de ação se refere ao encargo de produzir materiais didáticos para fortalecer a implementação e o desenvolvimento do programa nos estabelecimentos educativos e sensibilizar a comunidade em geral. Os materiais são confeccionados levando em conta as necessidades dos níveis de ensino e da equipe escolar. Entre estes recursos podemos encontrar cartazes de sensibilização, folhetos para famílias, professores

e jovens, cadernos com fundamentação teórica e propostas didáticas, fichas interativas, produções audiovisuais e recursos digitais, incorporando também materiais a partir da língua de sinais.

- **Acompanhamento do desenvolvimento do Dia Nacional “Educar para a Igualdade: prevenção e erradicação da violência de gênero” (Lei nº 27.234) nos estabelecimentos de ensino**

Trata-se de uma jornada que ocorre nas escolas de todo o país para aprofundar o trabalho realizado pelas instituições acerca da problemática da violência por motivos de gênero. A partir dessa ação, foi elaborada uma cartilha intitulada “educar em igualdade”, propondo estratégias e recursos para o trabalho antes, durante e depois da jornada, proporcionando assistência técnica às equipes dos sistemas de ensino no acompanhamento dos estabelecimentos educativos. A ideia é, ainda, desenvolver recursos para sensibilizar a comunidade acerca da temática e divulgar as experiências das escolas.

- **Participação na implementação do Plano ENIA que visa dar uma resposta abrangente e intersetorial à gravidez involuntária na adolescência**

A partir da ESI e do ENIA são promovidos saberes e habilidades para que as crianças e adolescentes possam conhecer e tomar decisões conscientes com relação ao cuidado com seu corpo, relações sexuais e seus diversos direitos nesse campo. Para tanto são realizadas capacitações com as equipes diretivas e docentes com fim de planejar curricularmente o trabalho com a ESI. Essa linha de ação tem intenção mais especificamente de tratar sobre a saúde sexual e reprodutiva.

- **Assistência, suporte e formação de equipes técnicas ESI jurisdicionais**

A ESI procura trabalhar de forma articulada com as equipes das 24 jurisdições do país com propósito de alcançar sua plena implementação. Para isso, são realizados encontros federais e regionais das equipes de ESI, nos quais se coordena a implementação de políticas públicas que o Ministério da Educação define em termos de educação sexual integral, acompanhando o desenvolvimento de ações das equipes. Estas equipes jurisdicionais têm a função de desenvolver ações de formação contínua

de docentes e outros agentes do sistema educativo, produzir material próprio e distribuir nas escolas, organizar as jornadas referidas na linha de ação 4 (Educar em igualdade) e revisar os projetos pedagógicos de suas jurisdições, para assegurar a inclusão dos lineamentos curriculares da ESI.

- **Ações de seguimento, avaliação e investigação sobre a implementação da ESI no país**

Este tópico se refere às ações de monitoramento, avaliação e investigação que são promovidas pelo programa ESI. É desenvolvido, nesse sentido, um Sistema de Informação (SIESI) que centraliza informações sobre as ações realizadas a nível nacional e jurisdicional. Tem por objetivo sistematizar informações sobre as ações das equipes.

- **Fortalecimento da ESI na comunidade educacional e estudantil**

Tem como propósito estabelecer diálogos com diferentes atores da comunidade educativa, como espaços comunitários e organizações sociais, com intuito de construir consensos que colaborem com a implementação da ESI nas escolas, fortalecendo seu protagonismo. Essa ação é realizada em articulação com áreas inter e intraministerial, organizações sociais, espaços de representação estudantil e agências internacionais.

Nos anos iniciais da implementação da ESI, o governo argentino esteve preocupado por efetivar seu cumprimento, a partir de questões legais como a convocatória da Comissão Assessora Interdisciplinar e Intersetorial; a redação e aprovação dos Lineamentos Curriculares de Educação Sexual Integral e a criação do Programa Nacional em todo o país. Em seguida, se fortaleceram as linhas de ações que descrevemos acima, com o propósito de acompanhar a implementação da ESI nos estabelecimentos educativos.

A ESI avançou bastante no que se refere à institucionalização da educação sexual nos estabelecimentos de ensino, através principalmente da elaboração de materiais didáticos e da capacitação docente, porém ainda falta muito para que haja um efetivo trabalho relativo à integralidade, à transversalidade e ao trabalho com conteúdos que, na prática, ultrapassem a abordagem meramente biológica que são realizados nas salas de aula. Nesse sentido é que nos propomos a apresentar a

experiência de uma escola que, desde o início da criação da lei, vem pensando e colocando em prática atividades e reflexões acerca da discussão da diversidade sexual e de gênero.

SUBVERSÕES TEÓRICAS DO CURRÍCULO ESCOLAR

A Educação Sexual Integral é território permanente de discussão pedagógica. Essa afirmação, feita por Val Flores (2015), adverte que, embora a ESI tenha se instituído como política pública, promovendo direitos e obrigações para as pessoas envolvidas com o campo educacional, por meio de diretrizes curriculares específicas, ou seja, incentiva a discussão sobre gênero e sexualidade, não o faz desde um lugar neutro ou imparcial. Segundo a autora argentina, quando a ESI entra na sala de aula é rapidamente convertida em campo de disputa pela legitimidade de concepções de sexualidades, corpos, desejos e práticas.

Assim, a discussão sobre as diferenças e desigualdades sexuais e de gênero aparece articulada com diferentes marcadores sociais e configurações curriculares dentro da escola. Nesse contexto, os currículos escolares são percebidos como um campo de construção social. A perspectiva crítica dos estudos do currículo alerta que é necessário pensar a questão a partir da identificação de roteiros de gênero abrangendo contextos em que as relações sociais são atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas que, por sua vez, são interpeladas na formação educacional e na construção de identidades.

Nesse sentido, a Lei 26.150/2006 cria o Programa Nacional de Educação Sexual Integral estabelecendo garantias do Estado sobre o direito das pessoas à Educação Sexual Integral em todas as instituições de ensino na Argentina. Espera-se, então, que essas instituições escolares promovam espaços de discussão sobre o assunto e também gerem trabalhos de relacionamento interpessoal, emoções e respeito às demais pessoas.

A Lei de Educação Sexual Integral, bem como outras leis afins, tem o propósito geral de se constituir como uma ferramenta para a ampliação e a garantia de direitos. E as escolas se apresentam como os espaços do Estado mais adequados e mais bem distribuídos territorialmente para cumprir essa tarefa. (MIRABAL, 2018, p. 2) (Livre tradução)³.

3 Texto original: La ley de Educación Sexual Integral, y otras leyes afines, tiene el sentido general de constituirse en una herramienta para la ampliación y la garantía de derechos. Y las escuelas han

A partir desse entendimento, a problematização sobre gênero surge como uma rejeição ao determinismo biológico, ou seja, busca levar a sociedade a compreender que ser de um gênero ou de outro não depende de sua natureza biológica, mas de construções culturais baseadas em uma relação social instituída (LOURO, 2014). Assim, esta autora ressalta que não se trata de negar a biologia simplesmente, mas sim enfatizar o caráter de construção social e histórica que se produz sobre essas características biológicas, afinal os gêneros se constituem sobre corpos sexuados. É no campo do social que se produzem as diferenças que muitas vezes produzem também desigualdades nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação.

Também dentro desse tema, Morgade (2008, pág. 8) menciona que trabalhar as questões de gênero e sexualidade sempre terá efeitos positivos na medida em que sua abordagem ultrapasse a visão biológica vinculada à reprodução, atuando desde o nível inicial em questões do conhecimento dos corpos, preconceitos gerados por estereótipos, resolução de conflitos e aspectos relacionados ao respeito, ao cuidado e aos direitos das crianças. Assim, é importante destacar o que a autora fala sobre a Educação Sexual Integral na Escola:

A educação escolar referente à sexualidade, para a fruição e o cuidado, cobra sentido integral, em toda sua complexidade, quando se desenvolve a partir de uma abordagem de gênero e queer. E quando se baseia na problematização de estereótipos e valores tradicionais que se reforçam em seu próprio enquadramento. (MORGADE, 2008, p. 8, livre tradução)⁴.

Entretanto, é justamente pelo exercício das pedagogias da sexualidade que a escola constrói, histórica e socialmente, desigualdades e diferenças. Nesse espaço, historicamente, aprende-se uma linguagem socialmente situada, que determina o que pode ser dito e o que deve ser silenciado, o que deve ser mostrado e o que deve ser escondido. Nesse sentido, para manter a afirmação da natureza binária dos

demonstrado que son los espacios del Estado más adecuados y mejor distribuidos territorialmente para cumplir con esa tarea. (Mariposas Mirabal, 2018, pag. 2).

- 4 Texto original: la educación escolar en la sexualidad, para el disfrute y el cuidado, cobra sentido integral, en toda su complejidad, cuando se desarrolla desde un enfoque de género y queer. Y cuando se apoya en problematizar los estereotipos y valores tradicionales que se refuerzan en su propio marco. (Morgade, 2008, p. 8).

gêneros, são acionadas técnicas, exercícios, disputas e confrontos no interior da instituição (Louro, 1999).

As marcas de gênero e sexualidade interferem profundamente nessas demarcações e, conseqüentemente, na construção do currículo escolar e na forma de organizá-lo. Os discursos que perpassam esse currículo quase sempre reforçam posições binárias e heteronormativas, resultado de relações de poder e controle sobre o que pode ou não ser dito. Sobre isso, Butler (2017) sustenta que a sociedade estabelece normas a partir da perspectiva heterossexual, que regulam e concretizam o sexo das pessoas, as quais são arbitrárias e continuamente reiteradas. Desse modo, a educação passa a ser, segundo ela, uma formação em gênero e cidadania.

Segundo Silva (2019), esse aspecto pode ser observado por meio do currículo oculto que é praticado na escola, onde a conformidade e a obediência geralmente são ensinadas dentro de determinados comportamentos sociais. No que diz respeito às dimensões de gênero e sexualidade, por exemplo, o currículo oculto ensina como ser homem e como ser mulher.

Nesse mesmo plano do oculto, Morgade (2001) identifica, por exemplo, que quando transgridem a mesma norma de comportamento (por falar “palavrões” ou por brigar entre si com golpes), as meninas são mais punidas do que os meninos, porque se presume que o uso da violência está mais associado a eles e não a elas, como se isso fizesse parte da natureza do sexo masculino. Portanto, para que haja alguma possibilidade de mudança, é necessário tomar conhecimento da existência desse currículo e desarmá-lo.

Seguindo essa linha de pensamento, Britzman (2018) alerta que é por meio das relações de poder que o currículo produz e reproduz as diferenças. Assim, é necessário observar e questionar essas relações de poder para que o currículo escolar, além de ensinar tolerância e respeito, se concentre em analisar os processos assimétricos e desiguais que produzem essas diferenças. Embora a cultura hegemônica busque domesticar a sexualidade por meio da escola, a autora destaca que a curiosidade leva à experiência, que por sua vez leva a diferentes formas de agir.

Pensando os processos contra-hegemônicos dentro do currículo, é possível suspender as narrativas hegemônicas e as formas curriculares normativas, especialmente os modos de fabricação, hierarquia, classificação e privilégios de identidades e saberes. A partir dos movimentos de resistência, outros estilos de vida e subversões performativas são vislumbrados. A força da experiência citada

por Britzman (2018) e promovida pelas dissidências é uma força capaz de gerar situações irreversíveis aos discursos normativos e prescritivos da educação.

Ao citar a teoria queer para estudos de currículo e organização escolar, Silva (2019) também enfatiza a importância de questionar os processos institucionais e discursivos e as estruturas de significado que definem o certo e o errado, o moral e o imoral, o normal e o anormal. Nesse sentido, ele afirma que um currículo inspirado na pedagogia queer é um documento de identidade que provoca os limites das epistemologias dominantes, aventurando-se a explorar as potencialidades de tudo o que ainda não foi construído (SILVA, p. 109).

A Teoria Queer, citada por Silva (2019), refere-se a um campo de estudo interdisciplinar que surgiu das investigações que vinham sendo empreendidas desde os Estudos Culturais e da corrente Pós-estruturalista, sendo também muito ancorada no pensamento de Michael Foucault no que diz respeito às questões de conhecimento, poder e resistência. Sua proposta é desconstruir o lugar convencional em que se situam as questões de gênero e sexualidade, investigando os laços que a sociedade cria entre estas questões e as relações de poder, opressão e discriminação.

Para esta teoria, é importante desterritorializar a heterossexualidade compulsória e questionar seu caráter imutável. Para tanto, é necessário refletir sobre as articulações de discursos sobre sexo, sexualidade, classe, raça e cultura em geral para entender os alcances dos dispositivos de normalização e, assim, desestabilizá-los. (PRECIADO, 2004). Nesse sentido, podemos entender que esses conceitos, cada um em sua individualidade, mas também observáveis em seu emaranhado, têm sua construção social e histórica e são marcados pela possibilidade de serem plurais.

A escola é uma instituição que, frequentemente, é alimentada por discursos religiosos, jurídicos ou morais excludentes, tendo em vista que se baseia na cultura dominante heteronormativa. A partir da pedagogia queer, ela tem a possibilidade de se reconfigurar e desenvolver a educação sexual desde um novo prisma, trabalhando para eliminar a produção de preconceitos e discriminação em seu interior e auxiliando na formação das pessoas que irão levar essa educação para além de seus muros.

Portanto, esta pedagogia tem o propósito de questionar os estereótipos de gênero e sexualidade que são apresentados nos currículos escolares, seja ele prescrito ou na forma oculta em que são realizadas as práticas educativas. Analisa, pois, a instabilidade das identidades e a produção das diferenças, observando no espaço

escolar a relação que surge entre o “eu” e o “outro”, bem como cada uma dessas pessoas se constitui nessa interação.

Para isso, segundo Louro (2001), é necessário desconstruir o processo que situa as pessoas em dois extremos: normalizadas e marginalizadas. Isso implica ir além do reconhecimento das diferenças. É preciso, como já explicitamos, repensar a matriz heterossexual que sustenta a conduta social. O currículo deve agir reconhecendo esse jogo político e interferir nas relações de conflitos, disputas e negociações que aparecem nas interações entre diferentes pessoas e suas vivências no ambiente institucional.

A instituição escolar deve promover um ensino e aprendizagem baseados em novas compreensões de gênero e sexualidade, rompendo a abordagem hegemônica que classifica como única opção o modelo heterossexual e com fins reprodutivos. Discutir esses aspectos com a sociedade significa fazê-la questionar os conceitos e classificações que ao longo da história foi sendo dado aos corpos das pessoas a partir meramente dos atributos construídos socialmente com respeito, por exemplo, à cor da pele ou ao órgão sexual. Louro (2001) ressalta a tendência da equipe escolar como um todo em compreender as dissidências a partir de uma perspectiva corretiva e propõe ampliar essa compreensão enfatizando a ideia de que as relações não necessariamente são constituídas a partir do binômio mulher/homem.

Com foco na atuação docente, Bell Hooks (2019), em seu texto “Eros, erotismo e o processo pedagógico”, traça um panorama de suas experiências como professora universitária e observa a crença de que em sala de aula está presente apenas a mente, deixando de lado os aspectos demandados pelo corpo. Por esse motivo, muitas vezes, a educação sexual é rejeitada na escola e os temas que se relacionam com essa educação não são considerados na construção do currículo.

A autora explana que a exclusão do corpo está envolvida com um entendimento geral do erotismo de modo estreito em termos sexuais, excluindo-se do processo pedagógico os aspectos relacionados aos processos emocionais. Ela propõe que o corpo docente deve perceber sua prática para além das divisões entre público e privado, mundo acadêmico e aquilo que está exterior a ele, ideias e paixões, entrando na sala de aula inteiro e não como “espírito descorporificado”. Nesse sentido, é necessário redescobrir o lugar do Eros na prática docente, permitindo que mente e corpo se entrelacem.

Desse modo, destacamos o que Preciado (2013) menciona sobre o direito de todas as pessoas serem educadas de acordo com sua autodeterminação de

gênero e sexualidade. Assim, é importante intensificar os discursos em defesa de currículos e propostas pedagógicas que abordem a temática e considerem as pessoas como subjetividades políticas irredutíveis a uma identidade de gênero e sexual (Preciado, 2013).

A questão que se coloca é a de desnaturalizar as verdades que se apresentam como absolutas. É preciso lembrar que existem outras práticas que disputam a legitimidade e atuam como linhas de escape ao padrão hegemonicamente estabelecido. Essas forças resistentes não param de habitar e circular nas escolas. A pedagogia queer tem permitido o desenvolvimento de práticas baseadas na assimilação de um discurso voltado para a subversão de normas que excluem não apenas as sexualidades dissidentes, mas todas as formulações vinculadas à reprodução do sistema.

OBJETIVOS E ESTRUTURA CURRICULAR DO PROJETO “EDUCAR NA DIVERSIDADE SEXUAL”

Nesta seção, buscamos descrever alguns aspectos importantes que contribuíram para o desenvolvimento e implementação do projeto Educar na Diversidade Sexual em uma escola pública de educação em nível médio para jovens e adultos, situada na cidade de La Plata/Buenos Aires. As análises e descrições foram feitas a partir da leitura do programa elaborado pelo grupo de docentes participantes do projeto, em que se traça uma síntese do projeto, ou seja, sua justificativa, objetivos e organização curricular.

De natureza interdisciplinar, com o objetivo de transcender o nível de conteúdo curricular prescrito e as finalidades hegemônicas de formação, o projeto surgiu em 2006, primeiro ano da criação da ESI pelo governo federal, a partir da observação cuidadosa de alguns professores e professoras sobre os aspectos que giram em torno da educação sexual na escola. Seu objetivo é promover uma reflexão crítica sobre as sexualidades e expectativas de gênero que se propagam na sociedade por meio da cultura dominante e que afetam a formação de estudantes.

O projeto começou a ser pensado a partir de algumas motivações, a saber: havia uma aluna trans na escola que aparecia na lista com nome masculino, o que, segundo o grupo de docentes do projeto, violava seus Direitos Humanos. No espaço físico da escola, foi observada a produção de xingamentos, escritos em grafite e paredes de banheiro, dirigidos a pessoas LGBTQIA+. A implementação do projeto

também foi motivada pelo fato de a escola estar localizada em um bairro de “zona vermelha”⁵, com todo o significado social que isso acarreta, como perseguição policial, criminalização, violação de direitos básicos e violência transfóbica.

Assim, o projeto Educar na Diversidade Sexual busca desconstruir o heterossexismo no ambiente escolar e os preconceitos e violências decorrentes dessa prática para a concretização de uma sociedade mais democrática. A desconstrução do heterossexismo consiste justamente em desaprender e desestabilizar os discursos e modos heterossexualizados de pensar, olhar, sentir e questionar, colocando em crise as formas de subjetivação propostas pela cultura hegemônica. “Trata-se de inscrever a ESI numa pedagogia e estética de desheterossexualização do conhecimento escolar como política epistemológica descolonizadora.” (FLORES, 2015, p. 5)⁶.

A partir desses fatores, foram estabelecidos os objetivos específicos da proposta pedagógica: trabalhar os conceitos de sexo, gênero, identidade e orientação sexual de forma interdisciplinar; tornar visíveis as diversidades sexuais e de gênero não hegemônicas no contexto escolar; identificar e desconstruir preconceitos; reconhecer e rejeitar a violência de gênero, heterossexista e androcêntrica e desenvolver o pensamento crítico para contribuir com uma sociedade mais justa, estreitando os laços com grupos LGBTQIA+, incorporando-os nas experiências de aprendizagem e no currículo escolar.

As atividades do projeto começaram com uma pesquisa com o corpo discente para diagnosticar preconceitos em relação ao tema. A equipe docente também promoveu o uso de jornais para analisar como a mídia trata o assunto. Nos primeiros anos de execução, o projeto promoveu rodas de conversa com ativistas e visitas a organizações LGBTQIA+, realizando entrevistas com integrantes. O trabalho é realizado de forma transversal, nas diferentes disciplinas. De acordo com o programa, os alunos que ingressam na escola passam por um processo de nivelamento e são convidados a fazer, entre outras atividades, uma leitura sobre o tema da diversidade sexual.

Na biblioteca há uma seção bibliográfica sobre o assunto para uso de toda comunidade escolar. Nesse espaço são elaboradas fichas informativas sobre notícias que afetam a comunidade LGBTQIA+. Implementa-se uma estratégia de “aulas

5 Termo usado para se referir a bairros com maiores índices de pobreza e violências variadas.

6 Texto original: “Se trata de inscribir la ESI en una pedagogía y una estética de desheterossexualización del saber escolar en tanto política epistemológica descolonizadora” (Flores, 2015, p. 5).

abertas”, nas quais são trabalhados os conceitos de sexo, gênero, orientação sexual, etc., permitindo à comunidade escolar o contato direto com culturas LGBTQIA+ socialmente subordinadas. A partir dos objetivos do projeto, essas ações buscam promover no grupo discente a compreensão da relação entre educação e identidade de gênero e sexual, de forma a colaborar com a produção de um ambiente que respeite a diversidade de vida escolar.

A equipe docente realiza atividades de divulgação levando o projeto a outras instituições, ministrando workshops ou participando em fóruns-debates. Entendemos, assim, que esse tipo de projeto se caracteriza como *locus* de construção de identidades plurais na juventude, uma vez que proporciona seu pertencimento e identidade social, um lugar de discurso, de (auto) representação e reconhecimento da alteridade. A partir da aprovação de normas por parte do Estado, como a “Ley de Matrimonio Igualitario” ou a “Ley de Identidad de Género”, a escola realiza atividades e debates, além de exposições fotográficas para avançar no assunto.

A propósito, o grupo Mariposas Mirabal (2018) cita que, a partir do ano em que a lei foi implementada, as conquistas de direitos vinculados ao tema tiveram efeitos potenciadores relativos à visibilidade (dentro e fora da escola), proporcionou novos conteúdos indispensáveis à formação social e política das pessoas e deu valor e legitimidade ao trabalho de docentes que estavam desenvolvendo projetos de educação sexual nas escolas, como é o caso da escola em análise. Segundo o grupo, a ESI conferiu uma linguagem comum e inteligível sobre a educação em gêneros e sexualidades para o campo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Sexual Integral, na Argentina, é obrigatória em todos os níveis educativos e em todas as instituições escolares e de formação docente, sejam estatais, privadas ou religiosas. Isso significa, conforme discorremos no texto, que toda pessoa estudante tem direito a receber a referida educação no estabelecimento o qual frequenta diariamente. A lei também discorre sobre o que se entende por “educação sexual integral”, ou seja, trata-se da articulação dos aspectos humanos em suas esferas biológica, psicológica, social, afetiva e ética. Situar a ESI como um direito humano assegura também o acesso a outros direitos de forma igualitária e equitativa, como o direito à saúde, à informação, ao cuidado do próprio corpo e a tomar decisões informadas e livres com respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

Com relação ao projeto analisado neste trabalho, mesmo com todas as dificuldades e obstáculos enfrentados pela escola para implantar uma educação sexual integral no contexto educacional, o trabalho com gênero e sexualidade vem se consolidando e auxiliando a escola a se tornar um ambiente no qual se promove o respeito à diversidade, dando atenção às diferentes performatividades presentes no contexto educacional. É interessante notar que o projeto trabalha dentro de uma perspectiva que articula os estudos de gênero e os estudos da sexualidade, levando o grupo discente a uma discussão mais geral sobre o campo da diversidade.

Ressalta-se também que, com essa prática, a escola invalida a ideia de que o assunto só pode ser trabalhado nas aulas de biologia, que geralmente enfocam apenas a abordagem da reprodução humana e das doenças sexualmente transmissíveis. Portanto, é preciso questionar e desconstruir currículos para produzir uma escola que respeite as diferenças.

Nesse sentido, entendemos que as ações e práticas pedagógicas contra-hegemônicas, que envolvem redes comunitárias e afetivas, criam linhas de escape dentro das instituições. Assim, favorecem ações no campo pedagógico que, em sua relação com identidades subordinadas, transformam experiências e conhecimentos em crítica institucional e em dispositivo curricular capaz de contribuir para a construção de novos laços sociais. Flores (2015) nos alerta que não existem receitas ou planejamentos que possam ser aplicados de forma universal.

É preciso levar em consideração o contexto e realizar uma abordagem situada, construindo conhecimentos a partir da própria tarefa educativa como forma de transformar “normalidades”. Daí a importância de implementar projetos que observem as práticas pedagógicas também a partir de uma perspectiva queer, com o objetivo de repensar a educação a partir de experiências historicamente invisíveis, e que contribuam para repensar a sociedade e superar as desigualdades e injustiças.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Ley N.º 26.150/2006**. Programa Nacional de Educación Sexual Integral. (2006). https://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_argentina_0830.pdf, p. 04.

HOOKS, B. **Eros, erotismo e o processo pedagógico**. Em LOURO, G. (Ed.), O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 4ª ed. 2018, pp. 143-156.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade y currículo**. Em LOURO, G. (Ed.), O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 4ª ed. 2018, pp. 105-142.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 14ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2017, 236p.

MIRABAL, M. **12 años de la ley de ESI**. Las políticas, el movimiento pedagógico y el discurso Anti-ESI recargado. (2018). Disponível em <http://iice.institutos.filo.uba.ar/sites/iice.institutos.filo.uba.ar/files/MariposasMirabal.pdf>

FLORES, V. **ESI**: Esa Sexualidad Ingobernable. El reto de des-heterossexualizar la pedagogía. Degenerando Buenos Aires. III Jornadas Interdisciplinarias de Géneros y Disidencia Sexual. Mesa "La escuela como productora de identidad: desafíos de una educación sexual integral no heteronormada" - Escuela Normal Superior N°1. Cauce UBA y Desde el Fuego CABA. 2015.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

_____. **O Corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Teoría queer**: una política pos-identitaria para la educación". Cuadernos de Pedagogía. Rosario. N° IV. N° 9. 2001. Laborde Editor.

MORGAGE, G. **Educación, relaciones de gênero y sexualidad**: caminos recorridos, nudos resistentes. Em Villa, Alejandro (comp.) Sexualidad, relaciones de gênero y de generación: perspectivas históricas. 2008.

_____. **Aprender a ser mujer, aprender a ser varón.** Buenos Aires: novelduc. 2001.

PRECIADO, B. **¿Quién defiende al niño queer?** Museu D'Art Contemporani de Barcelona. 2013.

_____. **Multitudes queer.** Notas para uma política de lós "anormales". 2004. Disponível em: https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/electivas/105_estudios_genero/material/archivos/multitudes_queer.pdf. Acesso em: 02/10/2023.

SILVA, T. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. (2019).